



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÊDA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÊDA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2011

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos Membros da Assembleia através da convocatória datada de vinte de Abril de dois mil e onze, a saber: -----

- 1º Ponto - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade do Município; -----
- 2º Ponto - Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2010; -----
- 3º Ponto - Apreciação e aprovação do Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2010; -----
- 4º Ponto - Apreciação e aprovação da declaração de Interesse Municipal do projecto “Nova Ponte sobre a Ribeira Teja e Acessos Imediatos”. -----

ABERTURA

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Isabel Graça Lourenço**, presidiu à sessão que teve início às nove horas e cinquenta e dois minutos, tendo os senhores **Carlos Alberto Rodrigues Pimentel** e **Júlio Fernando Amado Félix** desempenhado respectivamente, as funções de primeiro e segundo secretários. -----

PRESENCAS

Estiveram presentes a Senhora Presidente da Mesa, Maria Isabel Graça Lourenço, os Senhores Membros da Assembleia, Carlos Alberto Rodrigues Pimentel, José Alcides André Rocha, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Isabel Maria Clemente Ramos, Júlio Fernando Amado Félix, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, Manuel Carlos Rebelo Pereira, Ricardo Manuel Almeida Frade, Jorge Alberto Gonçalves Trigo, João Manuel Serra Lopes Leal Pinto, José Augusto Pinto Carvalho, Luís Manuel Simão Almeida, Filipe Manuel Avelino Rebelo e Luís Filipe Branco Lopes os Senhores Presidentes das Juntas de

Freguesia de Aveloso, Barreira, Carvalhal, Casteição, Coriscada, Longroiva, Marialva, Mêda, Outeiro de Gatos, Pai Penela, Poço do Canto, Prova e Valflor, O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados fez-se representar pelo seu secretário João Paulo Andrade Azevedo. -----

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do Senhor Membro da Assembleia, Luís Manuel Cunha Silva e Carlos Bruno Fial Pereira. -----

Injustificadas as ausências dos Senhores Presidentes de Junta de Fonte Longa e Rabaçal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, informou que em virtude de existir quórum estavam abertos os trabalhos desta reunião ordinária. Mais informou, e antes de ser presente para apreciação e votação a acta da Sessão Ordinária de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze, de que já teria chegado o relatório provisório da inspecção que se tinha realizado no Município, e que o mesmo não fazia qualquer referência a qualquer tipo de irregularidade ou de incompatibilidade do Senhor Professor Carlos Pimentel fazer parte da constituição da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que, e até existir algo em contrário, se iria manter o parecer do serviço jurídico do Município. Referiu que a Assembleia se deve basear em coisas concretas e formais e que o parecer da Associação de Municípios é favorável, desde que não se encontre em funções executivas. Referiu também que segundo a opinião do Gabinete Jurídico, dado que a Lei 53-F/2006 revoga as Leis 169/99 e 5-A/2002, nos artigos que tinha sido referidos pelo líder de bancada do PSD, o Senhor Presidente de Junta, Marcelino António Piçarra. Concluiu dizendo que por todos os motivos apresentados o Senhor Professor Carlos Pimentel permaneceria na constituição da Mesa.-----

O Senhor Presidente de Junta, António César Figueiredo, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, solicitou a integração mais objectiva das declarações prestadas na Reunião anterior. -----

Terminadas as considerações, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** pôs a acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze a votação. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções. -----

Abstiveram-se justificando ausência na reunião da Assembleia Municipal de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze os seguintes Membros: José Alcides André Rocha e Isabel Maria Clemente Ramos.-----

O 1º Secretário, Carlos Alberto Rodrigues Pimentel, no uso da palavra, procedeu de seguida a leitura resumida da correspondência recebida, a saber: -----

01 De Março - **Junta de Freguesia de Longroiva** – Convite para a actividade Pintura ao Vivo em Longroiva. -----

24 De Março - **Estrada de Portugal, Delegação da Guarda** – Ofício a informar que a Moção Sinaléticas no IP2 e A25 foi reencaminhada para a Direcção de Concessões em Almada. -----

07 De Abril - **José Alcides André Rocha** – Disponibilidade para substituição de Membro da Assembleia Municipal de Mêda. -----

14 De Abril - **Governo Civil da Guarda** – Convite para estar presente na homenagem aos Primeiros Presidentes de Câmara. -----

14 De Abril - **Empresa Municipal Falcão EM** – Convite para participar na actividade “Conhecer o passado, compreender o presente”. -----

15 De Abril - **Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo** – Envio de cópia de moção relativamente às portagens na A23. -----

20 De Abril - **Associação Nacional de Municípios Portugueses** – Informação sobre a realização do 19º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

28 De Abril - **Luís Cunha Silva** - Justificação de falta, impossibilidade de comparecer na reunião ordinária da Assembleia Municipal. -----

Após a leitura, o 1º Secretário, informou, que se algum Deputado quisesse consultar a correspondência recebida que a mesma se encontraria no Gabinete de Apoio à Assembleia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, informou que relativamente ao requerimento que tinha sido dirigido à Mesa pelo líder da bancada do PSD, teria sido enviada resposta e que o ponto não constaria no Período da Ordem do Dia. De seguida procedeu a leitura da resposta enviada:

“De acordo com o preceituado na alínea b) do nº1 do artigo 54º da Lei nº 169/99, alterada pela Lei 5 A/2002, conjugado com o nº 2 do artigo 14º do Código do Procedimento Administrativo, é da competência do Presidente da Assembleia Municipal a convocatória das sessões, devendo para tal respeitar o artigo 49º e a alínea b) do nº2 do artigo 6º do Regimento.

Nos termos da alínea c) do artigo 46º-A da Lei 169/99 e alínea c) do artigo 5º do Regimento compete à Mesa a elaboração da ordem do dia.

Efectivamente, e em conformidade com o nº1 do art. 87º da mesma Lei “ a ordem do dia deve incluir assuntos que para esse fim forem indicados (...) desde que os mesmos sejam da competência do órgão”, o que não se verifica na solicitação concreta, dado que é expressamente uma competência do Presidente da Assembleia Municipal. Não compete, portanto, ao Plenário da Assembleia Municipal deliberar quanto ao Agendamento das sessões.”

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se encontrava aberto o período de inscrições para os que quisessem intervir no “**Período de Antes da Ordem do Dia**”. -----

Inscreveram-se os seguintes Membros: -----

O Senhor Deputado Filipe Manuel Avelino Rebelo; -----

A Senhora Deputada Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha; -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo; -----

O Senhor Presidente de Junta António César Valente Figueiredo; -----

O Senhor Presidente de Junta Nelson Fernando Andrade Gonçalves; -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Solicitou à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal os pareceres referidos no Despacho enviado ao líder da bancada do PSD. Iniciou a sua intervenção referindo que a taxa de Desemprego do Concelho de dois mil e nove a dois mil e onze aumentou trinta e cinco por cento, número este que considerava preocupante. Referiu também que não se atravessa um período fácil, fruto da desgovernação socialista. Solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente sobre as medidas criadas pelo Executivo no combate ao aumento de desemprego no Concelho, criação de emprego e apoio à criação do próprio emprego. Informou que teria decorrido uma recolha de roupas e alimentos, recolha essa que demonstrou, acima de tudo, a disponibilidade dos medenses em ceder aquilo que têm em casa e que já não usam. Assim, e indo ao encontro do que se verifica noutros concelhos, solicitou ao Executivo que se colocassem roupões em sítios estratégicos. Solicitou também esclarecimento sobre o melhoramento da estrada que liga Ranhados a Cedovim. Procedeu à leitura de uma recomendação da JSD sobre o Cartão Jovem Municipal.

“No ano em que se celebra o 25º Aniversário do Cartão Jovem a Juventude Social Democrata de Mêda pretende que o nosso Município não fique mais tempo de fora desta iniciativa, ou seja, do Cartão Jovem Municipal (CJM).

A capacidade de fixação dos jovens por parte do nosso município, não só enquanto local de trabalho ou estudo mas também enquanto local de lazer e visita, encontra-se neste momento numa situação crítica, não tem sido conseguida! Esta é a realidade! Cada vez mais os jovens medenses abandonam o nosso concelho à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Urge serem tomadas medidas para combater este cenário.

Neste sentido, a criação de incentivos à consolidação do concelho enquanto ponto de encontro da juventude deverá ser um desígnio prioritário a curto prazo, coisa que pelo que temos visto, não se tem verificado. Não basta apoiar a organização de um festival da juventude por ano, é preciso serem tomadas medidas a médio-longo prazo que beneficiem os jovens e que ajudem estes mesmos a ter uma melhor qualidade de vida com vantagens económicas, numa altura em que se avizinha uma recessão económica.

Assim, entendemos que a adesão da Câmara Municipal de Mêda ao ‘Cartão Jovem Municipal’, uma modalidade do Cartão Jovem Nacional a que os Municípios se podem juntar, é uma medida de relevo para cumprir este objectivo. A componente municipal poderá incluir, além dos benefícios a nível nacional e europeu, descontos e isenções em equipamentos locais públicos e privados, podendo ser estabelecidas parcerias com empresas locais de modo a incluí-las na rede do Cartão.

A criação do Cartão Jovem Municipal poderá proporcionar diversas vantagens económicas para os jovens do nosso concelho, aumentando a sua predisposição para utilizar localmente o seu tempo livre e os seus rendimentos, contribuindo para:

1. Dinamizar o comércio local, com o cartão jovem a funcionar como vantagem comparativa do comércio e serviços disponíveis na Mêda face aos concelhos vizinhos, proporcionando mais visibilidade e notoriedade às empresas locais, por via da publicidade associada ao cartão, e uma maior fidelização dos jovens ao comércio local;

2. Dinamizar os locais e as iniciativas públicas, utilizando a rede do cartão como veículo de informação e divulgação, com aumento potencial de inscrições por via do desconto, e possibilidade de incrementar a frequência dos espaços públicos (ex. Piscinas Municipais, Casa da Cultura, etc)

Uma coerente gestão das parcerias com as empresas locais permitirá gerar vantagens económicas para o concelho, proporcionando às empresas uma ligação mais próxima à Câmara Municipal e desta às iniciativas privadas. Caberá à Câmara Municipal efectuar a regulamentação do cartão, decidindo sobre

os seus custos, e proactivamente integrar as empresas na rede, devendo como é óbvio avaliar os benefícios líquidos da iniciativa, monitorizando os resultados.

Dadas as vantagens potenciais desta medida e a mais-valia que poderá constituir para os jovens do concelho, com efeito multiplicador para a restante comunidade, apresentamos aqui esta proposta à Assembleia Municipal, colocando a debate e esperando ouvir uma resposta por parte do nosso Ex.º Presidente da Câmara.

A JSD Mêda recomenda à Câmara Municipal de Mêda a adesão ao Cartão Jovem Municipal, e a criação de um grupo de trabalho que pense e prepare de forma integrada o seu lançamento e regulamentação, o modelo de financiamento e de divulgação, integrando desde cedo a comunidade empresarial local.”

A Senhora Deputada Maria Lucinda Saldanha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção dizendo que queria fazer apenas referência ao boletim ou revista municipal, Actua, que teria saído recentemente que de actual, em título, poder-se-ia dizer que teria saído desactualizado, segundo o novo acordo ortográfico. Referiu também que se subentendia o que estaria subjacente ao título, questionando se não seria melhor utilizar um título que se identificasse com o concelho. Questionou também se não se pretenderia fazer do referido boletim um veículo de propaganda política e o que teria mudado no boletim, se simplesmente o título, o formato, o triplico dos discursos e as fotos do Executivo. Apesar de tudo, não deixou de realçar o trabalho dos técnicos que elaboraram os textos e a selecção fotográfica, pois mais uma vez teriam traduzido a sabedoria da experiência profissional em responder às solicitações, para que sempre teriam sabido estar à altura. Referiu também que teria sido uma pena que a edição tivesse tido apenas trezentos exemplares, a que só alguns teriam tido acesso por entrega directa ou pelo correio e que os munícipes que pagam não poderiam ter acesso porque a distribuição não seria gratuita, o que no seu ponto de vista seria um mau princípio, ou se fazia e dava a todos ou não se fazia e dava a ninguém. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção dando os parabéns pela revista Actua, que quer a nível de grafismo, quer a nível de conteúdos, demonstraria que os funcionários do Município têm uma grande capacidade de elaborar um bom trabalho, ao contrário de outros tempos em que tudo se pagava e se esbanjava dinheiro com este tipo de publicações, referindo que estariam numa época de contenção, entendendo o número reduzido de exemplares. Referiu que o I Encontro de Associativismo teria sido uma feira de grande importância dado que teria sido a primeira vez que as associações do concelho teriam sido chamadas a estar presentes para mostrar ao concelho o que cada uma continha ou que actividades promovia, onde teria existido um debate sobre o associativismo, referindo que associativismo teria que viver sem coabites partidárias. Referiu também encontrar-se surpreendido que ninguém se tivesse referido a tais actividades, dando de novo os parabéns ao Executivo pela iniciativa. Informou que estaria surpreendido pela intervenção sobre o cartão jovem, dado que se este existe há vinte e cinco anos, e anteriormente nada teria sido feito para iniciar o processo do cartão jovem municipal. Referiu que há cerca de quatro anos teria sido votado e aprovado pelas duas bancadas o processo de criação do Conselho Municipal para a Juventude e que teria parado. Referiu que teria ficado um pouco descontente por não ter havido nada alusivo ao vinte e cinco de Abril, mas que teria solicitado esclarecimentos ao Senhor Presidente e que teria entendido as razões que tinham sido apresentadas. Referiu também que outros municípios não o teriam feito dado que iriam chocar com as celebrações pascais. Concluiu dizendo que teriam existido uma série de factores que teriam impossibilitado as celebrações do vinte e cinco de Abril e que as teria compreendido e entendido, mas que esperaria que no próximo ano as referidas comemorações existissem. -----

O Senhor Presidente de Junta António César Figueiredo, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que, no que respeita ao boletim municipal, este viria deitar por terra a sondagem que teria sido feita, dado que ao se verem as fotografias seria comprovada a adesão

que as actividades tiveram e que contra esses factos não haveria argumentos. Referiu também que no que respeita à sondagem da taxa de desemprego no concelho, se poderia considerar que existe desemprego quando há emprego, algo que na Mêda não tem existido, ou melhor, o pouco emprego que existia e era dado aos jovens de uma forma precária e através da Câmara Municipal, tendo como contra partida apoios nas campanhas eleitorais, considerando que haveria uma decréscimo nessa atitude dado que o presente Executivo não a tem. Referiu também que os empregos que o Executivo teria criado seriam para colmatar deficiências ou falhas que poderia ter a Câmara Municipal. Relativamente ao I Encontro de Associações, realçou a capacidade do Executivo englobar as associações e possibilitar que essas apoiassem na organização desse evento: a Câmara Municipal terá organizado juntamente com o Moto clube de Mêda e a Associação de Pesca de Outeiro de Gatos. Referiu que o trabalho foi excepcional na organização do evento e que, numa altura como a do presente, foi possível realizar o mesmo com menos de um décimo do que se teria gasto noutras feiras. Realçou que a capacidade das associações em participar activamente no desenvolvimento do concelho, solicitou ao Executivo que o evento se mantenha, para poder dar a possibilidade de outras associações poderem demonstrar sua capacidade de organizar este tipo de eventos. Terminou referindo que a atitude do Executivo perante a situação do desemprego tem sido arranjar postos de trabalho fora da Câmara Municipal e por isso estaria a ajudar a Adegua Cooperativa, para que esta tenha capacidade de criar novos postos de trabalho.-----

O Senhor Presidente da Junta, Nelson Gonçalves, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo-se à eliminação de alguns candeeiros de iluminação pública fora do perímetro urbano, com a qual concordou, mas que existiam alguns pontos como cruzamentos de acesso a quintas que não poderiam ficar sem iluminação, dado o exemplo da Quinta da Rasa que não teria qualquer iluminação. Sugeriu também que o Executivo poderia falar com os Senhores Presidentes de Junta no sentido de estes poderem sugerir até mais candeeiros que pudessem ser eliminados e que se poderia reduzir numa hora de manhã a utilização dos candeeiros de forma a diminuir custos. -----

O Senhor Deputado Manuel Pereira, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção dizendo que em primeiro lugar referiu que a sua actuação começava um pouco atrasada, pedindo desculpa pelo seu atraso, provocado por motivos pessoais e profissionais. Referiu que teria alguns reparos a fazer aos textos da acta que já tinha sido aprovada, e que aprovaria a mesma mas que não concordava com os textos das suas intervenções porque o texto não estava bem redigido e por esse motivo quem ler a acta no futuro, não iria perceber o contexto, sugerindo que se colocasse exactamente o que estava gravado. Referiu que concordava com o que foi dito anteriormente e que discordava com algumas afirmações proferidas pela oposição, nomeadamente no referente ao que o Executivo tem feito ou que a sociedade civil se propõe fazer. Propôs ao Executivo que a data do desfile de Carnaval fosse alterada para o Domingo de Carnaval dado que o desfile de Carnaval, que é apresentado pelo Agrupamento de Escolas, que tem sido um êxito e a população tem aderido, mereceria um destaque maior. No que respeita às actividades de solidariedade social realizadas pela Juventude Social-Democrata na quadra pascal, referiu que uma Associação Juvenil da Mêda, teria efectuado um peditório para um cabaz de Páscoa e que esse mesmo cabaz teria sido distribuído pelos mais necessitados. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, iniciou a intervenção informando o Senhor Deputado Filipe Rebelo que em relação à taxa de desemprego, que é um problema que afecta não só o nosso concelho mas todo o país. Quanto à estrada que liga Ranhados a Cedovim, concedeu a palavra ao Senhor Vereador Mário Murça.-----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, iniciou a intervenção fazendo uma pequena referência ao desemprego, referiu que existe a preocupação de todos os autarcas no que respeita ao desemprego, considerando que este será um dos maiores problemas que existe no concelho de Mêda e nos restantes concelhos do interior, dado que o maior pólo de emprego é a autarquia que, devido a alterações legais deixaram de ter a flexibilidade que teriam há uns anos. No que respeita à estrada que liga Ranhados a Cedovim, já tinha sido entregue ao empreiteiro. No que respeita ao I Encontro de Associações, referiu que a importância e eficiência que as feiras têm é o factor mais

importante, dizendo que de tudo o que já viu no passado, sem comparações este encontro foi dos mais importantes para o concelho. Referiu que a única forma de as pessoas se unirem é pertencerem a uma associação, porque se colocam as divergências de lado para convergir num objectivo comum, dizendo que a feira teve como objectivo apresentar o que as associações fazem em cada uma das freguesias dos concelhos. No que respeita à situação da iluminação pública, informou que no dia seis de Maio teria uma reunião por causa do projecto financiado de eficiência energética para todo o concelho, e que haveria contactos com os Presidentes de Junta no sentido de tomar conhecimento do que seria necessário. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, no que respeita à solicitação por parte do Senhor Deputado Filipe Rebelo para a colocação de roupões para recolha de roupas, referiu que a rede social apresentou um plano de actividades que foi aprovado, tinha sido criada uma loja solidária que recolherá os materiais para as pessoas mais carenciadas e que terá início dentro em breve. No que respeita ao Cartão Jovem Municipal, referiu que era uma boa medida a implementar. No que respeita ao Conselho Municipal da Juventude, que estaria a se pensado ser elaborada uma comissão para a elaboração do regulamento desse conselho, para posterior aprovação na Assembleia Municipal. No respeitante ao I Encontro de Associações tinha um único objectivo que era demonstrar à comunidade a importância que essas associações têm nas freguesias e no próprio concelho, para a divulgação de costumes e tradições. Respondendo ao solicitado pelo Senhor Deputado Manuel Pereira, que o Agrupamento tem recursos humanos e que teria sido feito o repto para que o Desfile de Carnaval fosse feito noutros moldes, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar. No que respeita à taxa de desemprego, referiu que é uma preocupação de todos e que todos se deveriam esforçar para melhorar esse aspecto. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre que medidas é que o Executivo tomou para combater o desemprego e, posteriormente, quais as medidas que o Executivo tomou para o apoio da criação do próprio emprego. Referiu também uma proposta que teria feito numa reunião anterior para a entrega e distribuição das lojas do mercado municipal. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, referiu que o Executivo tem feito acompanhamento a nível do Turismo e que estariam a procurar candidaturas para avançar com esta área que poderá criar postos de trabalhos. Uma outra forma é a requalificação de espaços em Longroiva para existir alojamento para os utentes das termas. -----

O Senhor Deputado Manuel Pereira, no uso da palavra, referiu que a Associação Juvenil de Mêda, mais propriamente a “Meda +”, elaborou um cabaz para entregar às pessoas mais carenciadas, associação essa com provas dadas no que respeita ao desenvolvimento de actividades diversificadas de lazer para os jovens. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, uma juventude partidária, no ano anterior, também teria tido a iniciativa de recolher brinquedos e materiais para os mais carenciados, dando o mérito a quem é pioneiro. -----

O Senhor Presidente de Junta António César Figueiredo, no uso da palavra, referiu que no que respeita ao emprego, tem que se pensar no de que se tem de melhor no concelho e que para isso teria de se repensar numa forma de vender os produtos da terra. Referiu que teria sido feito um levantamento a nível da pecuária e que existe uma grande produção de leite, mas que não existe uma infra-estrutura como uma queijaria para se dar escoamento ao que se produz, dar um preço justo ao produtor e na qual se criariam postos de trabalho. Referiu também que a ajuda está a ser dada à Adega porque se podem dar condições para se criarem jovens agricultores, mas que estes consigam ter uma mais-valia para os seus produtos e que, para produzirem têm que ser pagos e para serem pagos a Adega tem que trabalhar, criando assim mais postos de trabalho. Concluiu dizendo que o Executivo está a contribuir para a criação de postos de trabalho sustentáveis. -----

A **Senhora Presidente da Assembleia** informou que se encontrava aberto o período de inscrições para os que quisessem intervir no “Período de Intervenção do Público”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Apreciação das Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade do Município

Foi distribuída, a todos os membros presentes, uma cópia das actividades, da situação financeira, da relação das obras do Município, bem como cópia das actividades realizadas pela Casa Municipal da Cultura e do Complexo Desportivo. -----

Intervieram os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado Filipe Manuel Avelino Rebelo; -----

O Senhor Deputado José Alcides Rocha; -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo. -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, informou que já tinha congratulado o executivo pela continuação da atribuição das bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior do concelho, mas, face ao resultado de atribuição das mesmas no presente ano, estava entristecido pelo facto de ter havido inúmeras solicitações e apenas terem sido atribuídas dez bolsas. Apesar de saber que o tempo é de contenção, perguntou se não seria mais importante para a Meda e para o concelho investir na formação dos jovens do que em chorudos ordenados. De seguida questionou o executivo sobre a atribuição das bolsas de mérito, questionou saber se quinze virgula seis e quinze virgula sete em números arredondados não daria dezasseis ainda por cima quando se trata de premiar o mérito de jovens do concelho. Solicitou também saber se teria tão mais mérito quem tiver dezasseis do que quem tiver quinze virgula sete. Relativamente aos eventos referidos pelo Senhor Presidente, solicitou saber o porquê da presença constante nos eventos do Senhor Director da Segurança Social, solicitou saber o que é que o mesmo teria a ver com a feira de caça ou com a feira das associações. Relativamente ao vinte e cinco de Abril, viu durante muito tempo algumas pessoas proclamarem o vinte e cinco de Abril na Meda, referindo que também viu isso após as eleições autárquicas, mas que pelos vistos o Abril que alguns tinham proclamado rapidamente se tinha desvanecido. Esperando, contudo, que esse desvanecimento não tenha sido após a satisfação de alguma exigências específicas. Conclui solicitando saber o porquê do vinte e cinco de Abril não ter sido comemorado. -----

O Senhor Deputado José Alcides Rocha; no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, informou que ia novamente intervir sobre o Encontro das Associações do Concelho de Meda. Não querendo deixar de realçar o esforço demonstrado pelas associações participantes e em particular por aquelas que mais directamente estiveram ligadas à organização do referido evento. Relativamente ao papel da autarquia não se percebia muito bem, pois a opinião pública não entendeu muito bem quanto a ênfase que se deu à divulgação, até mesmo com alguma programação enganosa. Relativamente a programação enganosa referiu que se estava a referir à actuação de grupos etnográficos, solicitando saber quais os grupos etnográficos que tinham actuado. -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção dizendo que achava que na política a melhor forma de dizer o que se sente era livremente sem discursos feitos, porque às vezes as coisas poderiam não encaixar nos mesmos. -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo teve que interromper a sua intervenção por se sentir indisposto. -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção dizendo que mais uma vez e discordando de afirmações que tinham sido proferidas, parecia que o objectivo era sempre o mesmo, actividades mal feitas, cartazes com erros ou publicidade enganosa e até certas individualidades são postas em causa. Relativamente à presença do Senhor Director da Segurança Social, a mesma não o afectava de forma nenhuma. Afectava sim o facto de anteriormente serem convidadas individualidades, mas quando se viam as notícias apenas se via o Presidente da Câmara da Meda. Em relação ao vinte e cinco de Abril, já foi explicado o porquê de não se realizar o vinte cinco de Abril, pelo que não iria voltar a falar nisso, mas realçou que na Meda existiu um onze de Outubro e parece que ainda não foi digerida a derrota eleitoral. Em relação à bolsa de estudo lembrou que a nível nacional há muitos jovens que por uma décima não entram num curso. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, em resposta ao Senhor Deputado Filipe Rebelo informou que não esteve apenas presente o Senhor Director da Segurança Social mas também esteve presente o Senhor Governador Civil, que foram as únicas individualidades que aceitaram o convite. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, relativamente às bolsas de estudo lembrou que no ano transacto estavam previstas a atribuição de dez bolsas e que o executivo acabou por atribuir quinze por ter havido muitos mais concorrentes do que no presente ano. Relativamente à bolsa de mérito estava no regulamento ter média de dezasseis, daí não ter sido atribuída a bolsa de mérito a quem tinha tirado quinze virgula seis. Ao Senhor Deputado José Alcides Rocha esclareceu que o objectivo do encontro das associações foi apenas um e foi um objectivo muito nobre, visando promover e mostrar a importância que as associações têm no concelho, não se podendo limitar a receber os subsídios da Câmara. Deixou uma palavra de parabéns a todas as associações que se envolveram nesse encontro. Conclui dizendo que não houve ênfase por parte da Câmara para se mostrar, muito menos houve publicidade enganosa. Os grupos etnográficos foram convidados, designadamente da Coriscada e da Mêda, lembrando que a actividade não se tratava de um festival de folclore. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, solicitou saber o porquê das dúvidas da bancada do PSD serem quase sempre respondidas pela bancada do PS e não pelo executivo. Dando a parecer que quem governa a Meda seria a bancada socialista. Relativamente às palavras do Senhor Presidente referiu que o Senhor Governador Civil era o representante do Governo do distrito, o Director da Segurança Social não o é. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, informou que o Director Distrital do Inatel também esteve presente no encontro das associações do concelho, relativamente ao Governador Civil e ao Director da Segurança Social informou que a Câmara fez o convite ao Senhor Governador Civil e que nesse dia o Secretário de Estado das Florestas esteve presente no Distrito e que o mesmo não podia estar presente na inauguração do evento, tendo solicitado para estar presente no segundo dia, como veio a acontecer, pelo que, a Câmara achou por bem convidar o Senhor Director da Segurança Social que é o representante das IPSS do Distrito, convite esse desde logo aceite pelo mesmo. Havendo IPSS representadas nesse evento fez todo o sentido o convite. Não entende se é por essas personalidades terem uma cor partidária que não se deveriam convidar. Conclui dizendo que seria de lamentar se a Câmara não tivesse convidado as personalidades que teria que ter convidado, como já tinha acontecido no passado. ---

2º Ponto - Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2010.

Intervieram os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha; -----

O Senhor Deputado Filipe Manuel Avelino Rebelo; -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo. -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira. -----

O Senhor Deputado José Alcides Rocha; -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, no uso da palavra, informou que teve dificuldade de ler toda a documentação por algumas páginas se encontrarem na vertical e outras na horizontal, mesmo após a impressão em suporte papel houve muitos mapas que por se encontrarem numa cor tão clara que foi quase impossível a sua leitura. Relativamente aos anexos existia um erro nomeadamente no ponto 8.2.16 na coluna dos resultados líquidos das Empresas não era dois mil e nove mas sim dois mil e dez. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, informou que também teve dificuldade na leitura da documentação pelo seu tamanho, e dado que agora se está a usar o suporte informático que os documentos poderiam ir num tamanho maior. Após a leitura da documentação, informou que estava espantado por ver a Empresa Municipal Nova Meda, empresa essa sempre criticada no passado, nomeadamente pelo Senhor Vereador Mário Murça em que se falava nos custos da mesma, e neste momento a mesma se encontra com um buraco de cem mil euros, solicitou explicação sobre esse assunto. Concluiu informando que a dívida tinha sido criada desde do ano de dois mil e dez até a presente data. Reparou que houve muitos contratos que não foram renovados, mas que a despesa com o pessoal aumentou, não vendo nenhuma austeridade nesse aspecto. Em relação à ADL, empresa também muito critica no passado, que entre dois mil e dez e dois mil e onze teve menos aquisições, havendo portanto alguma coisa mal. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção dizendo que como era óbvio a bancada do PS não liderava a Câmara, a mesma apenas se limitava a perguntar ao executivo cada vez que tem dúvidas, as quais grande parte das vezes são esclarecidas, pelo que a bancada tem o dever e o direito de esclarecer, o que acaba por acontecer, informou que se isso incomodasse a bancada do PSD isso já não era problema da bancada do PS. Solicitou coerência em relação ao emprego, se a câmara deve ou não empregar. Critica-se a Câmara porque tem menos funcionários e a taxa de desemprego do concelho aumenta, mas a seguir já se acha o contrário. De seguida informou que quando viu um aumento de duzentos mil euros com os custos de pessoal, o mesmo ficou com dúvidas, pelo que solicitou saber o que se tinha passado, ao que o Executivo o tinha informado de uma forma clara, e que por exemplo só para o PEPAL de dois mil e dez o custo era de e trinta mil euros em contrapartida no ano de dois mil e nove não havia referência nenhuma ao PEPAL; informou também que em dois mil e dez a Câmara começou a pagar o Sistema Nacional de Saúde que soma um valor de quarenta e seis mil euros; existiram também indemnizações que somam um valor de vinte e cinco mil euros; sem falar do Pessoal Não Docente oriundo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mêda ao qual foi pago no ano de dois mil e dez mais meses do que em dois mil e nove; pelo que deixou o apelo de verem essas situações e irem somando esses valores todos. O importante era nos cafés as pessoas explicarem e esclarecerem os munícipes o porquê desse aumento dos duzentos mil euros. -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira, no uso da palavra, apesar do Senhor Deputado Cláudio Rebelo já o ter referido quis deixar claro que quem governava é o executivo e não a bancada socialista. Informou que a bancada socialista está atenta e ele próprio não leu os documentos todos, mas sim só as partes que interessavam, dado que é um documento técnico que foi aprovado por um TOC e pelo Executivo, pelo que confiava no seu conteúdo. Em relação ao aumento que existiu o mesmo, informou que de certeza que o Executivo iria esclarecer as dúvidas levantadas. De seguida referindo-se às Empresas Municipais, lembrando que no passado os vencimentos dos Conselhos de Administração não estavam espelhados no próprio orçamento da Empresa, pelo que não existia, apesar de saber os valores dos mesmos esses valores apareciam nas contas da Câmara e não da Empresa. Em relação ao documento,

realçou que a bancada do PS iria aprovar o mesmo, referiu ainda que a execução orçamental tinha sido de cinquenta e cinco vírgula oito por cento, estando o País em recessão, louvou o Executivo por ter sido a primeira vez que isso aconteceu na Mêda. -----

O Senhor Presidente do Conselho de Administração Paulo Esteves, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e iniciou a sua intervenção referindo que os resultados da Empresa Municipal Nova Meda E.E.M eram de cem mil euros negativos. Referiu que as declarações do Senhor Deputado Filipe Rebelo em relação à dívida não ser de anos anteriores estariam incorrectas. Referiu também que existiam diversos factores que levariam a esse resultado transparente, dado que são as contas reais da Empresa. Informou que no anterior Executivo com a anterior Administração tinha sido feito um aumento de capital para cem mil euros e que o mesmo não teria sido subscrito. Com a alteração do sistema de contabilidade, o capital social não realizado não pode ser contabilizado, ou seja, se não está subscrito é como se não existisse. Referiu também que teria havido uma outra alteração, respeitante ao contrato programa e que a Empresa Nova Meda teria deixado de receber cinquenta mil euros, dada a situação de contenção de custos em que se está. Informou também que houve um aumento de custos com pessoal mas que esses valores não poderiam ser comparados com os do ano de dois mil e nove. Neste momento estão reflectidos os encargos futuros como por exemplo os subsídios de férias, na ordem dos quarenta e sete mil e novecentos euros, valores esses que não eram reflectidos anteriormente. Informou também que os funcionários admitidos no final do ano de dois mil e nove, ainda com a anterior administração, não estariam contabilizados no valor total nos vencimentos e que se fosse considerada a sua admissão a um de Janeiro de dois mil e nove, o valor de encargos com o pessoal aumentaria cerca de vinte mil euros. Referiu também que houve encargos com o pagamento de indemnizações de funcionários que terminaram os seus contratos, na ordem dos cinco mil euros e que, somando os valores todos para uma comparação mais fiável, teria de se acrescentar perto de setenta mil euros aos custos com o pessoal em dois mil e nove. Somando ainda a inflação em relação a dois mil e nove, a diferença seria de cinquenta e seis mil euros e não de cento e vinte e quatro mil euros. Referiu que realmente teria havido esse aumento de encargos com o pessoal, devido à entrada da nova administração, porque a anterior administração não era paga pela empresa, receberiam apenas senhas de presença. Referiu também que o valor de vencimento dos vogais do Conselho de Administração rondariam os mil, trezentos e noventa euros brutos, vencimentos esses próximos de um Técnico Superior. No respeitante aos gastos, neste momento a Empresa conseguiu reduzir cerca de sessenta e três mil euros em termos de custos, em compras de material que se utiliza para venda diminuiu em cerca de vinte e sete por cento, quinze mil seiscientos e trinta euros e que as receitas aumentaram de cento e onze mil euros para cento e quinze mil euros de facturação; os custos com serviços que a empresa contratava a terceiros diminuíram em quarenta e sete mil euros, vinte e oito por cento, referindo que poderia ter sido uma percentagem maior se não fosse o aumento dos combustíveis, cujo custo foi superior a sete mil euros em relação ao ano anterior. Referiu que também houve custos com o pagamento de multas em relação a processos ainda decorrentes da anterior administração, dado que houve uma inspecção à empresa e o valor das multas ronda os nove mil euros, perto de cinco mil euros pagos em dois mil e dez e cerca de quatro mil euros no ano presente. Concluiu dizendo que financeiramente a empresa está mal mas que não era de agora, se não tivesse havido o aumento de capital e se fosse contabilizado como no presente, esse “buraco” já existiria há mais tempo. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que em relação à ADL, por muito que as pessoas falem existe uma realidade. Referiu que realmente se perderam seiscentos aquistas no ano passado e se ganharam trezentos novos. A não abertura do novo balneário na época passada fez com que essas pessoas tivessem desistido, mas o mais relevante na nova administração da ADL, além de ter dado lucro e de ter prescindido da última prestação da Câmara num valor de quarenta e cinco mil euros, a nova administração conseguiu reduzir despesa e ter lucro o que torna essa administração uma boa gestora. Infelizmente perderam-se aquistas, mas com a abertura esta época do novo Pólo Termal vai investir-se na promoção e na divulgação para tentar recuperar os aquistas perdidos. Realçou que apesar do buraco da Nova Meda ambas as empresas tiveram uma gestão rigorosa, coisa que nunca tinha sucedido. Em resposta ao Senhor Deputado Filipe Rebelo, informou que continua apologista e o Executivo também da função

das Empresas Municipais, e isso só não está em cima da mesa, por causa da maneira como os funcionários tiveram que entrar para os quadros da empresa. -----

O Senhor Vereador Anselmo Sousa, no uso da palavra, informou que relativamente à despesa com o pessoal da autarquia, que o mesmo quando viu os valores ficou surpreendido. Continuou informando que no ano de dois mil e dez houve dezoito funcionários que acabaram os contratos com impossibilidade de renovação, informou também que com as medidas de austeridade só pode entrar um funcionário por cada duas saídas, continuou dizendo que nesse mesmo ano entraram cinco novos funcionários, fazendo com que a câmara teve menos treze funcionários. Concluiu dizendo que o aumento deve-se a vários factores, entre eles os estágios do PEPAL que se iniciaram em Setembro de dois mil e nove só se reflectiram no ano de dois mil e dez que importou um custo de cento e trinta mil euros pagos em dois mil e dez, a situação do Sistema Nacional de Saúde que só começou a ser pago em dois mil e dez importou um acréscimo de quarenta e seis mil euros, o pessoal não docente só vieram em Março de dois mil e nove tendo a autarquia suportado um acréscimo de dois meses nessa despesa no ano de dois mil e dez, nomeadamente Janeiro, Fevereiro, perfazendo um total de cem mil euros, em indemnizações de fim de contrato foram pagos cerca de vinte e cinco mil euros. Concluiu dizendo que somando esse acréscimo de despesas o valor é de trezentos e um mil euros. Informou também que em bens e serviços a Câmara reduziu a verba em seiscentos mil euros. -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, no uso da palavra, informou que em relação ao que foi dito sobre a execução orçamental que no ano de dois mil e nove a execução orçamental foi de cinquenta e oito virgula cinquenta e nove por cento. -----

O Senhor Deputado Filipe Rebelo, no uso da palavra, informou que, após ouvir o Senhor Presidente do Conselho de Administração Paulo Esteves, só veio a confirmar que o aumento dessa despesa se deveu aos ordenados do Conselho da Administração. Antigamente não eram pagos e agora são, visto que antigamente eram técnicos da Câmara, sugerindo que existem técnicos na Câmara capazes de desempenhar essas funções. -----

O Senhor Deputado Cláudio Rebelo, no uso da palavra, informou que, existia uma página que era pouco perceptível, que era relativamente ao documento das contas, solicitou saber se houve algum voto contra por parte de algum membro do Executivo. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que houve uma abstenção. -----

O Senhor Deputado José Alcides Rocha, no uso da palavra, solicitou saber se há alguma solução para a dívida da Empresa Nova Meda ou o que se pensa fazer em relação a esse buraco, saber se a Administração era para continuar tendo em conta que existe um grande prejuízo. -----

Deliberado: Aprovado por maioria e por minuta, com vinte e quatro votos a favor, três votos contra e duas abstenções. Votaram contra os Deputados José Alcides André Rocha, Ricardo Almeida Frade e Filipe Manuel Avelino Rebelo. Abstiveram-se os Senhores Deputados Maria Lucinda Mano Saldanha e Luís Manuel Simão Almeida. -----

O Senhor Deputado Luís Manuel Simão Almeida, informou que após as explicações que foram dadas o mesmo não ficou devidamente esclarecido, pelo que, não poderia votar a favor daí a sua abstenção. -----

A Senhora Deputada Lucinda Saldanha, informou que se abstinha pelas seguintes razões: A execução orçamental global de receitas e despesas foi de cerca de cinquenta e cinco por cento, as despesas são superiores as receitas correntes em cerca de seis por cento, duzentos e noventa e um mil euros, não cumprindo os princípios de equilíbrio orçamental de receitas e despesas correntes. A despesa para o pessoal em dois mil e dez em relação a dois mil e nove foi superior em duzentos e treze mil trezentos e

noventa e sete euros, onde está a contenção com a despesas. Na rubrica de despesa orçamental no ponto zero um, foi acrescentado em relação ao ano passado “outros” que não sabia a que se referia mas que havia uma despesa de catorze mil duzentos e quarenta e sete euros. No ponto zero dois na mesma rubrica, todos os itens tem valores superiores em relação ao ano anterior, nomeadamente à da representação que são cinco mil euros a formação que acha bem é de cerca de mil quinhentos e noventa euros a mais. A execução das grandes opções do plano ficaram à quem do previsto porque apenas concretizaram quarenta e quatro por cento. O endividamento de dois mil e nove era de três milhões duzentos e setenta e dois mil e cento e setenta euros o de dois mil e dez é de três milhões seiscentos e oitenta e seis mil euros, tendo tido um aumento de quatrocentos e catorze mil euros. E por isso a sua abstenção. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, informou a Senhora Deputada Lucinda Saldanha que a declaração de voto tem que ser sucinta, evidenciando o sentido de voto, e que a declaração parece que existem mais duvidas. -----

3º Ponto - Apreciação e aprovação do Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2010; -----

Não houve inscrições -----

Deliberado: Aprovado por unanimidade e por minuta. -----

4º Ponto - Apreciação e aprovação da declaração de Interesse Municipal do projecto “Nova Ponte sobre a Ribeira Teja e Acessos Imediatos”.

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que em relação a este assunto existe o projecto já há contactos com a CCDR e o processo foi devolvido por questões ambientais, a única forma de ultrapassar essa situação é a declaração de interesse pública. Informou que como responsável pelo pelouro das obras da Câmara Municipal, caso não se consiga o financiamento para a construção da ponte, a câmara tem obrigação de fazer um esforço para ela própria suportar esta obra, estando a falar de cerca de quatrocentos mil euros, nem que a mesma se tenha que endividar. Demonstrou a sua preocupação em relação à segurança da mesma, afirmando que a mesma se encontra em grande perigo de ruína. -----

Intervieram os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira. -----

O Senhor Deputado Luís Manuel Simão Almeida; -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo. -----

O Senhor Deputado Manuel Carlos Rebelo Pereira, no uso da palavra, informou que o Senhor Vereador Mário Murça já tinha explicado quase tudo, continuou dizendo que essa obra já deveria e poderia ter sido feita há mais tempo, solicitou ao executivo para fazerem tudo por tudo para por essa obra a andar dado que se trata de uma necessidade. -----

O Senhor Deputado Luís Manuel Simão Almeida; no uso da palavra, solicitou saber se a obra era construir uma ponte nova ou se era para reparar a que se encontrava construída. Solicitou saber também quais eram os acessos imediatos. -----

O Senhor Deputado Cláudio Jorge Heitor Rebelo, no uso da palavra, deu os parabéns ao executivo pelo interesse dessa situação, dado que sabia que há mais de um ano que o Senhor Presidente e o Senhor Vice Presidente se tem desdobrado em reuniões com várias entidades para conseguir financiamento e para resolver a situação. -----

O Senhor Vereador Mário Murça, no uso da palavra, informou que a empreitada trata-se da construção de uma nova ponte e em relação aos acessos apenas se trata dos taludes de suporte. Informou também que após desviar o trânsito para a nova ponte, os serviços municipais seriam capazes de fazer a manutenção da ponte existente. -----

Deliberado: Aprovado por unanimidade e por minuta. -----

O Senhor primeiro Secretário Carlos Alberto Rodrigues Pimentel, no uso da palavra, informou os presentes que como toda a gente sabe nunca esteve agarrado a lugar nenhum e que quando viesse a comunicação e se existe ou não incompatibilidade de funções como Membro da Assembleia e na Administração da ADL, que o próprio comunicaria a sua decisão sobre a continuação na Assembleia Municipal ou na ADL. -----

TERMO

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, e tendo em conta que não haveria inscrições no período reservado ao público, declarou encerrada a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou e presente acta, que vai ser assinada por si e pelos Secretários. -----

A Presidente da Assembleia Municipal:

Os Secretários da Mesa:

Errata:

Na página 2, onde se lê:

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, informou que em virtude de existir quórum estavam abertos os trabalhos desta reunião ordinária. Mais informou, e antes de ser presente para apreciação e votação a acta da Sessão Ordinária de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze, de que já teria chegado o relatório provisório da inspecção que se tinha realizado no Município, e que o mesmo não fazia qualquer referência a qualquer tipo de irregularidade ou de incompatibilidade do Senhor Professor Carlos Pimentel fazer parte da constituição da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que, e até existir algo em contrário, se iria manter o parecer do serviço jurídico do Município. Referiu que a Assembleia se deve basear em coisas concretas e formais e que o parecer da Associação de Municípios é favorável, desde que não se encontre em funções executivas. Referiu também que segundo a opinião do Gabinete Jurídico, dado que a Lei 53-F/2006 revoga as Leis 169/99 e 5-A/2002, nos artigos que tinha sido referidos pelo

líder de bancada do PSD, o Senhor Presidente de Junta, Marcelino António Piçarra. Concluiu dizendo que por todos os motivos apresentados o Senhor Professor Carlos Pimentel permaneceria na constituição da Mesa. -----

Deve-se ler:

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, informou que em virtude de existir quórum estavam abertos os trabalhos desta reunião ordinária. Mais informou, e antes de ser presente para apreciação e votação a acta da Sessão Ordinária de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze, de que já teria chegado o relatório provisório da inspecção que se tinha realizado no Município, e que o mesmo não fazia qualquer referência a qualquer tipo de irregularidade ou de incompatibilidade do Senhor Professor Carlos Pimentel fazer parte da constituição da Mesa da Assembleia Municipal, pelo que, e até existir algo em contrário, se iria manter o parecer do serviço jurídico do Município. Referiu que a Assembleia se deve basear em coisas concretas e formais e que o parecer da Associação de Municípios é favorável, desde que não se encontre em funções executivas. Referiu também que segundo a opinião do Gabinete Jurídico, **dado que a Lei 53-F/2006 revogava o artigo referido pela líder da bancada do PSD da Lei 169/99.** Concluiu dizendo que por todos os motivos apresentados o Senhor Professor Carlos Pimentel permaneceria na constituição da Mesa. -----